

ATA, 93.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Manuel Fernando Vilas Boas Figueiredo, em substituição de Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Paulo Manuel Ferreira Silva, em substituição de Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia; Leonor Vieira Medon, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso; Carlos Aníbal Marques de Magalhães, em substituição de João Paulo Marques de Carvalho; Alexandra Abreu Simões Guerra e Paz, em substituição de José Manuel Pinto



Varela; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; António Cândido Bonifácio Gouveia Nogueira Regueiro, em substituição de Maria de Fátima Leite Ferreira.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal ausentes na Sessão: Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo, tendo sido, posteriormente, a sua ausência justificada.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Ana Maria Alonso da Silva Pinto de Oliveira, em substituição de Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Alberto Amaro Guedes Machado; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Ilda da Costa Figueiredo; Sérgio Augusto Leite Aires.

Membros Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Sessão: Albino Pedro Pereira Baganha, tendo informado, antecipadamente, da sua ausência; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu.

Às 21h00, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 45 Membros da Assembleia Municipal**.

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Aprovação da Ata da 87.ª reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 18 de novembro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 87.ª reunião.

2. Informações gerais e Expediente.

- Informação enviada pelo Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, na sequência o ofício enviado com a Moção de Bem-estar animal, apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda e aprovada em Sessão de 07/10/2024.
- Edital de Apuramento Geral da eleição de novo Membro da Comissão Executiva metropolitana do Porto.
- Minutas das Atas e Editais das reuniões públicas da Câmara Municipal realizadas nos dias 25 de novembro e 02 de dezembro de 2024.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 3 de dezembro
e Ordem de Trabalhos expedida em 4 de dezembro de 2024)

14

1. Deliberação sobre a revogação da deliberação revogatória do Regulamento Municipal para o Crescimento Sustentável do Alojamento Local do Porto, aprovado a 27 de abril de 2023.

NUD/719368/2024/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, disse que era importante investir numa descentralização crescente de poderes para as Autarquias, nomeadamente no que respeita ao Alojamento Local (AL), por serem estas que melhor conhecem o território.

Rejeitou a associação muitas vezes feita entre AL e a crise habitacional existente, considerando que a última é decorrente de um problema mais complexo.

Falou sobre as verbas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e as possibilidades que coloca para a construção de mais habitação acessível.

Falou também sobre os motivos que justificam a presente proposta e informou que a mesma teria o voto favorável.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, analisou a proposta em deliberação, dizendo que o vazio normativo causado pela revogação do Regulamento Municipal para o Crescimento Sustentável do Alojamento Local do Porto, em abril de 2023, tinha sido mau para a cidade, permitindo uma maior especulação imobiliária.

Deu o exemplo de outras cidades a nível europeu que já tinham tomado medidas de contenção do AL, para proteger o acesso à habitação.

Disse que iriam acompanhar a presente proposta e, analisando historicamente as regulações feitas ao Alojamento Local, deixou algumas ideias que gostaria que ver incluídas num futuro novo regulamento.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, discordou que fosse o turismo o causador dos problemas de acesso à habitação, na Europa.

Leu um artigo publicado, no dia da Sessão, no Jornal Público, da autoria de Ana Sá Lopes, que falava sobre o problema da habitação e o surgimento de “movimentos anti turismo” em Portugal, dizendo que refletia muitas das suas opiniões sobre o assunto.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, destacou a relevância estratégica do debate do tema Alojamento Local, pelo impacto que o mesmo causa nas cidades e populações. Disse que este debate deveria ser feito de uma forma séria e sem demagogia, para assegurar respostas equilibradas para a gestão da cidade.

Afirmou que tendo, por um lado, o AL contribuído claramente para o desenvolvimento económico do Porto, o crescimento descontrolado da atividade tinha também trazido problemas significativos, nomeadamente no acesso a habitação permanente ou na coesão social. Foi também crítico do vazio causado pela anterior revogação do Regulamento, apelando a que o mesmo fosse restaurado o mais brevemente possível e deixando algumas sugestões de medidas a serem incluídas na sua redação.

Deixou algumas ideias para implementação de medidas complementares de apoio ao acesso à habitação e reiterou o compromisso do Partido Socialista para com o equilíbrio entre progresso económico e coesão social. Informou que a proposta seria votada favoravelmente e terminou a sua intervenção.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, lembrou promessas feitas pelo anterior Governo de construir mais habitação pública, o que não aconteceu. Disse depois que o turismo não é o principal responsável pela falta de habitação e que algumas medidas, como a redução do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado da construção, teriam mais efeitos na disponibilização de casas no mercado.

Fez uma análise histórica das tentativas de regulação do mercado de habitação por parte do Estado e dos motivos pelos quais não resultaram, dizendo que, enquanto não houver políticas de habitação pública eficazes, o problema continuará a existir e as gerações mais novas continuarão a procurar outros países para viver e desenvolver os seus projetos de vida.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, afirmou que o PSD seguiria a posição clara, coerente e construtiva com que sempre falou de Alojamento Local, não o encarando como um problema, mas como uma atividade económica produtiva, que pode coexistir com a oferta de habitação permanente na cidade do Porto.

Disse que era fundamental encontrar um equilíbrio entre quem investiu nesta atividade e quem procura residir na cidade, servindo o Regulamento agora revisitado para o atingir.

Criticou as medidas tomadas pelo último Governo do Partido Socialista contra o AL, dizendo que o PSD considera que esta atividade é uma força impulsionadora de desenvolvimento económico, emprego e reabilitação urbana e que, com a devida regulação, não prejudicará os habitantes locais.

Analizou brevemente as principais linhas do Regulamento Municipal para o Crescimento Sustentável do Alojamento Local do Porto e informou que a proposta seria votada favoravelmente.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que a sua intervenção anterior não tinha qualquer conteúdo anti turístico, apenas tinha referido que existia um excesso de turismo na cidade, atividade que pede que seja devidamente regulada.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, deixou uma nota sobre os tempos de intervenção dos Grupos Municipais, tendo sido esclarecido pela Mesa.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, reconheceu que existia um problema de habitação na cidade, mas que a culpa não era dos turistas.

Defendeu que a atividade turística tinha trazido um grande desenvolvimento ao país e afirmou que o problema da falta de habitação em Portugal era decorrente da falta de atenção dada pelo Estado ao assunto.

Disse que deveriam ser desenvolvidas políticas públicas eficazes de crescimento dos rendimentos dos cidadãos, para que estes possam aceder ao mercado imobiliário livre,

em vez de ser perpetuado um Estado Social que mantém a população dependente de regulação e subsídios. Caracterizou a revogação do Regulamento, agora anulada, como sensata no contexto em que foi feita.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, voltou à sua intervenção anterior para reafirmar que o PS não tinha nada contra o AL na cidade do Porto, defendendo apenas a sua devida regulação.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, afirmou que a CDU não era contra o AL e reconhecia a sua importância, mas que era possível que existisse um excesso de oferta turística no Porto, apresentando números sobre as dormidas na cidade para sustentar esta ideia. Disse que não era proposto que os proprietários de Alojamento Local fechassem a sua atividade, mas sim que não se continuassem a dar novos licenciamentos, o que o Regulamento – entrando em vigor – permitiria que acontecesse, aumentando a carência habitacional já existente. Informou que, por este motivo, votariam contra a proposta.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, explicou que muitas licenças de AL emitidas eram licenças fantasma, não estando os imóveis efetivamente afetos à atividade, e que a Câmara Municipal estava a tentar reduzir esta prática através da obrigatoriedade de apresentação de seguros de responsabilidade civil.

Referindo-se aos números apresentados na intervenção anterior, disse que os dados do INE – Instituto Nacional de Estatística, não contemplavam os estabelecimentos de AL com menos de 10 camas, o que correspondia a cerca de 70% do AL no Porto.

Afirmou que o Porto era o Município do país que mais fogos pretendia construir e disponibilizar para habitação. Disse que iria assistir de perto aos debates eleitorais para as próximas autárquicas, esperando que os portuenses escolhessem o programa que melhor defendesse o crescimento económico do Porto e dos seus cidadãos.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, elogiou e agradeceu a todos aqueles que tinham investido na reabilitação urbana da cidade, promovendo o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

Falou sobre o processo legislativo para o Alojamento Local, defendendo a autonomia da Autarquias nas decisões sobre esta atividade e criticando as medidas tomadas pelo Estado Central, neste âmbito.

Relembrou que o turismo não é exclusivamente explorado pelo AL, mas por muitas espécies de alojamentos turísticos que não são escrutinados nem regulados da mesma forma.

Disse que os números de licenças de AL no Porto não estão descontrolados, afirmando que muitos pedidos foram recusados por decisão da Câmara Municipal e defendeu a autorregulação da oferta de alojamentos turísticos.

Afirmou que a crise de habitação no Porto era causada pela falta de oferta, decorrente da pouca construção existente, reforçando a sugestão de ser revisitada a taxa de IVA da construção e lamentando que uma proposta legislativa do atual Governo para a sua redução tenha sido rejeitada pelos partidos de esquerda e pelo Chega, na Assembleia da República.

Terminou, realçando que o Porto era um exemplo nacional na implementação de políticas, em várias áreas.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, disse que, enquanto representante dos portuenses, se afastava da posição do Chega na decisão de reprovar a redução do IVA da construção, dizendo defender um mercado livre e com menores custos de construção na habitação.

Disse depois discordar de qualquer tentativa de forçar os proprietários em colocar os seus imóveis no mercado habitacional, em vez de investir no turismo.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, esclareceu que os números que tinha partilhado e analisado anteriormente tinham sido retirados dos relatórios do Registo Nacional de Alojamentos Locais – RNAL e não do INE.

Esclareceu também que essa mesma análise tinha considerado toda a oferta de alojamentos turísticos e que considerava que continuava a haver um excesso de oferta, face à procura.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, discordou que a oferta de alojamentos turísticos na cidade fosse maior do que a procura e defendeu que os preços praticados no Porto demonstravam isso mesmo.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, demonstrou o seu agrado com as alterações verificadas, para melhor, no parque imobiliário na União de Freguesias a que preside.

Falou depois sobre um processo de candidatura da União de Freguesias a fundos para reabilitação de três imóveis para colocação no mercado imobiliário, que foi recusado em Assembleia de Freguesia pela CDU.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 42 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 3 votos contra (3 CDU).

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, **informou que iriam apresentar uma declaração de voto, por escrito**, não tendo sido a mesma, posteriormente, entregue.

2. Deliberação sobre Aprovação da 6.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento de 2024.

NUD/749690/2024/CMP



Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, notou que a discussão da presente proposta era feita num momento em que o Vereador do Pelouro das Finanças, Atividades Económicas e Fiscalização e Pelouro da Economia, Emprego e Empreendedorismo, Ricardo Valente, tinha apresentado a sua demissão, com efeitos a janeiro de 2025, demonstrando preocupação sobre como seria feita a futura gestão do Orçamento camarário. Fez uma breve análise à proposta e informou que seria votada em abstenção.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, solicitou à Mesa que fosse dada a palavra ao Vereador do Pelouro das Finanças, Atividades Económicas e Fiscalização e Pelouro da Economia, Emprego e Empreendedorismo, Ricardo Valente, para que pudesse responder às preocupações levantadas.

O Vereador do Pelouro das Finanças, Atividades Económicas e Fiscalização e Pelouro da Economia, Emprego e Empreendedorismo, Ricardo Valente, demonstrou incompreensão para com as preocupações levantadas na intervenção anterior, dizendo que a estrutura da Câmara Municipal garantia e continuaria a garantir o correto funcionamento das finanças da Autarquia, manifestando a sua total confiança na equipa que tutelava.

Disse também que a atividade municipal era assegurada independentemente da presença dos Vereadores, que podem ausentar-se por muitos motivos, e que a sua renúncia ao cargo não deveria ser utilizada para efeitos políticos, pois a renovação dos Executivos era normal.

Saudou o trabalho desempenhado pela estrutura municipal, que considerou ser excelente e um motivo de orgulho para os portuenses.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, deixou uma nota sobre a intervenção feita pela Líder do Grupo Municipal BE, Susana Constante Pereira.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que tinha dado palavra ao Vereador por ter entendido que a intervenção mencionada tinha sido desrespeitosa para com o Executivo e os serviços camarários, devendo o Executivo exercer o direito de resposta.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, analisou e resumiu os considerandos da proposta e, informou que, por estarem de acordo com os requisitos legais e formais, a mesma seria votada favoravelmente.

Paula Roseira, Membro do Grupo Municipal PS, apreciou, igualmente, os considerandos da proposta, informando que teria o voto favorável.

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, fez um resumo da proposta apresentada, destacando algumas rubricas e dizendo que seria votada favoravelmente.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal RM, falou sobre a proposta em deliberação, debruçando-se mais atentamente sobre alguns dados e números relativos à LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, demonstrando preocupação com as atuais fontes de financiamento da mesma e a desatenção dos vários Governos face ao tema.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, concordou com as preocupações demonstradas na intervenção anterior e reforçou a ideia de que os Municípios associados deverão ter uma posição de força junto do Governo para defender a LIPOR.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal RM, deixou uma nota adicional sobre comunidades energéticas e uma alteração à Lei que permitirá que a LIPOR possa vender energia aos Municípios.



O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que o problema de financiamento da LIPOR poderia estar mitigado através desta venda de energia e também da atualização dos valores de contrapartidas para a reciclagem, por parte do Governo, lamentando ainda que outras medidas reivindicadas não tivessem sido satisfeitas, continuando a prejudicar a LIPOR – que considera ser um exemplo na área da reciclagem.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, **apresentou a seguinte declaração de voto oral:**

“Apenas dizer que nos abstivemos porque, estando de acordo com esta alteração, temos uma posição de princípio relativamente a este Orçamento, que foi de voto contra.”

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, **informou que,** conforme acordado previamente em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, **os Pontos n.ºs 3 e 4 seriam discutidos em conjunto e votados em separado.**

3. Deliberação sobre Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências de Autoridade de Transportes Relativas ao Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros Explorado pela STCP.

NUD/759292/2024/CMP

4. Deliberação sobre Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros Explorado pela STCP.

NUD/759063/2024/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, analisou as propostas e, considerando os seus objetos favoráveis à cidade e ao serviço aos cidadãos, informou que seriam ambas votadas favoravelmente.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que uma boa rede de transportes públicos era um pilar essencial das sociedades modernas e contribuía para o seu desenvolvimento, coesão social e sustentabilidade ambiental.

Disse também que este era um bom exemplo de como uma gestão descentralizada para as autarquias permitia adaptar com mais facilidade os equipamentos às realidades locais. Afirmando que as propostas iam ao encontro da visão de futuro de promover um maior uso do transporte coletivo, informou que teriam o voto favorável.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, realçou a importância das propostas trazidas a deliberação, por permitirem atualizar o contrato da STCP com os Municípios, refletindo as alterações feitas à rede de transportes nos últimos anos, enquanto permitia uma maior flexibilidade para o que vier a acontecer no futuro.

Concordou com a importância de serem mudados hábitos de mobilidade, o que só poderá ser feito através do aumento da oferta da rede pública de transportes.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, fez uma apreciação aos considerandos das propostas.

Disse que a privatização da STCP, ocorrida no passado, causou prejuízos ao serviço aos utentes e aos seus trabalhadores, congratulando a posterior reversão desta privatização, aquando da sua entrega aos Municípios do Grande Porto.

Reconheceu e elogiou o esforço do Município do Porto com o investimento na recuperação da empresa, na reconquista de passageiros e na requalificação da frota.

Considerando que as presentes propostas permitiriam prolongar estas premissas, informou que seriam votadas favoravelmente.

Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS, enquadrou a criação do modelo de municipalização da STCP e das competências assumidas pelos Municípios neste âmbito. Fez depois uma breve análise às propostas e à justificação para apresentação das mesmas. Terminou, informando que teriam o voto favorável.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que, apesar de a CDU ser crítica do atual modelo de municipalização da STCP, concordava que era melhor do que qualquer opção pela sua privatização. Criticou o corrente modelo, pelas limitadas fontes de financiamento de que depende, discordando do crescente afastamento do Estado desta responsabilidade. Afirmou, com preocupação, que os agravamentos dos custos operacionais e de investimento em recursos humanos e equipamentos iriam naturalmente aumentar, dizendo que o financiamento atual, via PRR – Plano de Recuperação e Resiliência ou outros fundos semelhantes, não seriam suficientes no futuro, motivo pelo qual votariam contra o ponto 4. Terminou, informando que o ponto 3 teria o voto favorável.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, concordou com a generalidade das intervenções anteriores, quando referiram que o modelo de municipalização da STCP tinha sido a escolha mais acertada para a gestão da empresa. Elogiou o trabalho desempenhado pelo Conselho de Administração nos últimos anos que ajudou a recuperar a confiança dos utilizadores e impactou positivamente a mobilidade da cidade. Disse que era um bom exemplo de como a descentralização de poderes para a administração pública local funciona. Informou que ambas as propostas seriam votadas favoravelmente.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, reafirmou a importância dos contratos em apreciação. Disse que havia claras vantagens na gestão local da rede de transportes públicos, bem como de outros equipamentos, contrariando opiniões a favor do centralismo do Estado. Falou depois sobre o trabalho desenvolvido pela STCP e

sobre a visão futura e as metas que o Município quer atingir a diversos níveis, a curto prazo.

Deliberação Ponto n.º 3: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação Ponto n.º 4: Aprovado , por maioria, com 42 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 3 votos contra (3 CDU).

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou que, conforme acordado previamente em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, **os Pontos n.ºs 5 e 6 seriam discutidos em conjunto e votados em separado.**

5. Deliberação sobre Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto.

NUD/758384/2024/CMP

6. Deliberação sobre Aprovação do Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico.

NUD/759366/2024/CMP

Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS, saudou a discussão trazida sobre o Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico, dizendo que contribuía para a mobilidade e preservação do património histórico da cidade do Porto. Analisou a documentação apresentada, contextualizando-a e dizendo que fazia todo o sentido que a rede de elétricos passasse a incluir, formalmente, a operação da STCP. Analisou também a proposta sobre o Museu do Carro Elétrico, falou sobre a sua história, considerando a missão deste equipamento fundamental para a cultura e história da cidade. Informou que ambas as propostas teriam o voto favorável.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, fez uma análise às propostas apresentadas e suas fundamentações, considerando que os seus pressupostos cumpriam com os requisitos e objetivos aos quais pretendiam responder. Informou que seriam votadas favoravelmente.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, resumiu os considerandos das propostas. Fez um enquadramento histórico do transporte em carro elétrico na cidade do Porto, lamentando que se tenha abandonado, durante muitos anos, a opção pelo transporte público movido a energia elétrica. Deixou uma sugestão de que os portadores do Cartão Porto, pudessem utilizar o elétrico, à semelhança do que acontece com o Funicular dos Guindais. Terminou, dizendo que votariam favoravelmente as duas propostas.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, explicou que os portadores do Cartão Andante poderiam aceder ao transporte no carro elétrico, sem custo adicional.

Alexandra Paz, Membro do Grupo Municipal CDU, mostrando concordância com a fundamentação apresentada e cumprimento de todos os requisitos formais e legais das propostas em deliberação, informou que seriam votadas favoravelmente.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, fez um resumo da documentação respeitante às propostas.

Reafirmou o sentido de integrar o transporte em carro elétrico na alçada da STCP, dizendo que seria dado o voto favorável a ambas as propostas.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, voltou à sugestão deixada na sua intervenção anterior, dizendo que, no caso do carro elétrico, os titulares do Cartão Porto, tinham de comprar bilhete e apenas os titulares do Andante com assinatura mensal podiam viajar sem qualquer custo adicional.

Deliberação Ponto n.º 5: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação Ponto n.º 6: Aprovado, por unanimidade.

7. Deliberação sobre Aditamentos aos Contratos-Programa (i.) de Gestão de Resíduos Urbanos, (ii.) de Limpeza do Espaço Público, e (iii.) de Neutralidade Carbónica, a celebrar entre o Município do Porto e a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E. M., S. A.

NUD/744636/2024/CMP

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, analisou a proposta, dizendo que a cidade tinha beneficiado com a internalização dos serviços de limpeza urbana na estrutura municipal.

Falou sobre objetivos para a neutralidade carbónica e informou que o Bloco de Esquerda votaria a proposta favoravelmente.

Maria da Graça Vaz, Membro do Grupo Municipal PS, resumiu o objeto da proposta e disse que seria votada favoravelmente, por ir ao encontro do cumprimento dos objetivos definidos no Pacto do Porto para o Clima, apoiado pelo Partido Socialista.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, fez também uma apreciação dos considerandos da proposta.

Considerando que todos os aspetos formais estavam cumpridos, disse que a mesma seria votada favoravelmente.

M

✓



Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, falou resumidamente sobre a fundamentação para apresentação da presente proposta, informando que teria o voto favorável.

Miguel Barbosa, Membro do Grupo Municipal RM, deixou uma nota de elogio às alterações verificadas na cidade do Porto no que respeita à gestão da energia e ambiente, dizendo que o valor do trabalho desenvolvido e o impacto positivo que tem tido na vida dos cidadãos deveria ser reconhecido por todos.

Fez uma breve análise aos considerandos da proposta e disse que seria votada favoravelmente.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

– PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS –

art.º 41.º do Regimento

O cidadão Aquiles de Barros fez uma exposição sobre o impedimento de acesso de autocarros de transporte escolar aos Museus situados no centro da cidade, decorrente das recentes alterações à circulação de veículos turísticos no Porto.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou que daria conhecimento da intervenção ao Executivo.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, manifestou surpresa pela questão apresentada e apoiou o envio do assunto ao Executivo, para solicitação de esclarecimentos.

O cidadão Alexandre Carlos falou sobre a população sem-abrigo do Porto e a ocupação do espaço público pela mesma. Deixou algumas sugestões sobre a

fiscalização dos estabelecimentos comerciais relativamente ao cumprimento dos fins para os quais estão licenciados.

Nada mais havendo a tratar, **e tendo sido atribuído por unanimidade um Voto de confiança à Mesa, para elaboração da presente Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, informou que a Sessão estava suspensa e seria continuada em Reunião a realizar no dia 16 de dezembro de 2024, às 21 horas, no mesmo local.**

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feye de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 93.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 09 de dezembro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 93.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 20 de janeiro de 2025.

O Presidente

Sebastião Feye de Azevedo

A 1.^a Secretária

Carla Leitão

A 2.^a Secretária

Beatriz Cardoso